



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 42/2022

Período: 12/11/2022 - 18/11/2022

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Relatório das Forças Armadas sobre as urnas eletrônicas e seus desdobramentos
- 2- Com a continuidade de protestos golpistas em frente aos quartéis, colunas opinativas discutem a necessidade de despolitizar as Forças Armadas
- 3- General opinou sobre o papel das Forças Armadas na política brasileira
- 4- Para periódico, Forças Armadas têm postura impertinente frente aos protestos antidemocráticos
- 5- Ministério Público Federal cobra investigação de responsáveis por atos antidemocráticos em frente ao quartel-general de Brasília
- 6- Falhas em sistema de controle do Exército permitiram circulação de munição ilegal no país
- 7- Equipe de transição de Lula demora para anunciar grupo de trabalho da Defesa

1- Relatório das Forças Armadas sobre as urnas eletrônicas e seus desdobramentos

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, em resposta a um pedido de investigação feito por senadores que apoiam o governo de Jair Bolsonaro (PL), a Procuradoria-Geral da República (PGR) constatou a inexistência de fato concreto no relatório do Ministério da Defesa sobre a fiscalização das urnas eletrônicas que justificasse uma apuração mais detalhada sobre o caso. O jornal noticiou que PRG é mais uma instituição que rechaçou a hipótese de fraude eleitoral, já refutada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e por observadores internacionais. Em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Hélio Schwartzman comentou o relatório das Forças Armadas sobre as urnas eletrônicas. O colunista afirmou que as Forças Armadas, mesmo não encontrando fraude nas eleições, buscaram “refúgio em sutilezas da epistemologia”, pois consideram que a urna não está isenta de influência de códigos maliciosos que podem alterar o seu funcionamento. O colunista opinou ainda que as Forças Armadas se acovardaram e se humilharam, já que poderiam ter recusado esse papel. No mesmo periódico, José Henrique Mariante, engenheiro e jornalista, ombudsman da *Folha*, criticou o editorial do jornal publicado em 11/11/2022 que dava como “caso encerrado” as dúvidas a respeito da lisura do processo eleitoral, uma vez que o relatório dos

militares não indicou fraude. Entretanto, Mariante apontou que a *Folha* cometeu dois deslizes ao declarar o caso encerrado. Primeiro, desconsiderou que os militares passaram diversas mensagens para além do relatório, entre elas o ofício enviado pelo ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em que afirmava ser possível fraudar o sistema e não deixar vestígios. Em segundo lugar, o jornal interpretou a nota conjunta das três Forças, divulgada em 11/11/2022, como um indicativo de que os comandantes descartavam um golpe para “anular as eleições”. Porém, Mariante avaliou que a *Folha* “passou batido” pelo parágrafo introdutório da nota, que atribui às Forças Armadas o papel moderador, uma interpretação equivocada do artigo 142 da Constituição Federal. Assim, o ombudsman da *Folha* argumentou que o caso está longe de ser encerrado e que o jornal necessita “evidenciar a recusa dos militares em pôr uma pedra no assunto”. (*Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 13/11/22; Folha de S. Paulo - Opinião - 12/11/22; Folha de S. Paulo – Política – 15/11/22*)

2- Com a continuidade de protestos golpistas em frente aos quartéis, colunas opinativas discutem a necessidade de despolitizar as Forças Armadas

A jornalista Cristina Serra afirmou em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo* que um dos maiores desafios da democracia no Brasil é despolitizar as Forças Armadas. A colunista opinou que a nota emitida pelos comandantes militares acerca dos protestos em frente aos quartéis reivindica o papel inexistente de forças moderadoras. Ademais, Serra recomendou ao leitor o livro “Comentários a um delírio militarista”, organizado pelo historiador Manuel Domingos Neto, que analisa o “Projeto de Nação – O Brasil em 2035”, proposta relacionada ao Instituto General Villas Bôas que revela a autoimagem dos militares como “condutores iluminados do país, tutores dos demais poderes e de todas as dimensões da sociedade civil”. A colunista encerrou afirmando que “será complicado mandá-los de volta para os quartéis”. Em coluna para o mesmo periódico, o jornalista Bruno Boghossian argumentou que, nos últimos anos, a ação política do presidente Jair Bolsonaro foi a mesma verificada na cúpula das Forças Armadas, e, portanto, a nota conjunta publicada em 11/11/2022 “é apenas mais um manifesto político das Forças neste ciclo bolsonarista”. Na avaliação de Boghossian, a nota dos comandantes foi um endosso para as ações de golpistas nas portas dos quartéis, pois reconhece a insatisfação daqueles que não aceitaram o resultado da eleição e indica uma disposição das Forças Armadas em “fazer política com as armas que tem”. Já o jornalista Elio Gaspari, em texto opinativo para a *Folha*, avaliou que o relatório do Ministério da Defesa sobre a fiscalização do sistema eleitoral, divulgado em 09/11/2022, encerrou um “ciclo de tentativas de instrumentalização dos militares na vida política nacional”, que em sua avaliação teve início em abril de 2018, com o tuíte do então comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, dirigido a influenciar o voto, no Supremo Tribunal Federal (STF), do julgamento de um habeas corpus em benefício de Luiz Inácio Lula da Silva. Na avaliação de Gaspari, Bolsonaro tentou, mas não conseguiu utilizar politicamente os militares em seu favor. (*Folha de S. Paulo - Opinião - 12/11/22; Folha de S. Paulo – Colunas e blogs – 13/11/22*)

3- General opinou sobre o papel das Forças Armadas na política brasileira

Em coluna opinativa ao jornal *Correio Braziliense*, o general de divisão Otávio Santana do Rêgo Barros, da reserva, discorreu sobre o papel das Forças Armadas no cenário brasileiro, o qual considera, atualmente, incerto. O Rêgo Barros entende que “um sistema partidário fragmentado, uma elite civil despreocupada e uma sociedade alheia às missões de seus soldados” contribuíram para tal incerteza. Afirmou que o direito à participação na vida política “deve ser liderada exclusivamente pelos oficiais gerais da ativa, pertencentes ao alto comando de cada um das Forças Armadas, valendo-se da política como instrumento de ação em prol da organização, do aparelhamento e dos recursos orçamentário que colaborem para o cumprimento das missões legais”, deixando de fora o envolvimento com a política partidária. Ademais, o general mencionou a obra “Forças Armadas e Política no Brasil”, de José Murilo de Carvalho, para pontuar que “se a sociedade brasileira aspira a uma transição da categoria dos “desordeiros” para membro do clube dos desenvolvidos, e se ela precisa para tal conviver com as Forças Armadas, será preciso diálogo responsável e generoso que integre o soldado na sociedade e ponha um fim à sua secular orfandade”. (*Correio Braziliense* - Política - 14/11/22)

4- Para periódico, Forças Armadas têm postura impertinente frente aos protestos antidemocráticos

Em editorial, o periódico *Folha de S. Paulo* avaliou a nota conjunta dos comandantes das Forças Armadas publicada no dia 11/11/22 sobre as manifestações em frente aos quartéis militares após o resultado da eleição presidencial. O jornal definiu a nota como tortuosa, e os comentários dos militares sobre a situação política do país como impertinentes. O editorial afirmou que os militares reconheceram não haver solução para as disputas políticas fora da ordem constitucional, mas não se manifestaram quanto ao conteúdo subversivo e antidemocrático dos protestos, como os pedidos por intervenção militar. Segundo o jornal, “em vez de rechaçar os aventureiros, os comandantes arrogam-se um papel moderador que nunca coube às Forças Armadas e recomendam atenção às reclamações dos manifestantes, para que se faça sabe-se lá o quê.”. Na avaliação da *Folha*, o pronunciamento militar condenou as autoridades que cerceiam direitos, o que, de acordo com o editorial, é referência velada às decisões judiciais as quais censuraram apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) nas redes sociais. O editorial afirmou que os comandantes apelaram ao Poder Legislativo para a imposição de restrições à arbitrariedades e excessos dos demais poderes “como se coubesse aos fardados interpretar as leis e definir o papel a ser exercido pelas instituições democráticas”. A *Folha* ainda apontou a repercussão dos protestos antidemocráticos, afirmando que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, ordenou a desobstrução das vias públicas bloqueadas por protestos e autuação dos recalcitrantes, e concluiu que cabe às Forças Armadas, subordinadas ao poder civil há mais de três décadas, o respeito à Constituição. (*Folha de S. Paulo* - Opinião - 14/11/22)

5- Ministério Público Federal cobra investigação de responsáveis por atos antidemocráticos em frente ao quartel-general de Brasília

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) cobrou do ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, e do comandante do Exército, general Marco Freire Gomes, dados para identificação dos responsáveis pela promoção e financiamento de atos antidemocráticos de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) em frente ao quartel-general de Brasília. A solicitação da Procuradoria Geral da República (PGR), assinada pela procuradora regional dos Direitos do Cidadão, Luciana Loureiro Oliveira, visa apurar "responsabilidades pela incitação das Forças Armadas contra os poderes constitucionais, por meio do seu chamamento ao não reconhecimento do resultado das eleições". Segundo a reportagem, a procuradora afirmou que o sistema brasileiro de votação "não é objeto de qualquer questionamento sério e idôneo" e que o direito à manifestação só é lícito "quando exercido com autênticos propósitos sociais". O *Correio Braziliense* noticiou que o Supremo Tribunal Federal (STF) está coletando dados providos pelo MPF, pela Polícia Federal (PF), além de polícias civis e militares, a respeito de líderes e financiadores de atos antidemocráticos que estão ocorrendo no país desde o resultado final das eleições, em 30/10/2022. Segundo o jornal, constam nos documentos levantados pelo STF nomes de "políticos, policiais e ex-policiais, servidores públicos, sindicalistas, fazendeiros, empresários do agronegócio e donos de estandes de tiro" envolvidos em bloqueio de estradas e de vias públicas, os quais poderão ser investigados. (*Correio Braziliense* – Política – 17/11/22; *Folha de S. Paulo* - Política - 14/11/22)

6- Falhas em sistema de controle do Exército permitiram circulação de munição ilegal no país

Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que o Sistema de Controle de Venda e Estoque de Munições (Sicovem) do Exército apresentou diversas falhas que permitiram que um grupo criminoso atuante no estado do Maranhão inserisse uma enorme quantidade de munição ilegal no país, cerca de 60 toneladas. Os dados foram obtidos a partir de uma investigação da Polícia Civil e da Promotoria do Maranhão, a qual identificou a fraude com base em análise de dados do Sicovem, entre novembro de 2020 e março de 2022. Segundo a *Folha*, o Exército não foi capaz de notar a fraude, mesmo sendo primária e de fácil visualização por leigos, que consistia no uso do mesmo número de Certificado de Registro de Arma de Fogo (Craf) para diferentes vendas de munições, com uso de nomes possivelmente falsos. Na avaliação do gerente de projetos do Instituto Sou da Paz, Bruno Langeani, a negligência do Exército na fiscalização de armas e munições "(...) tem um impacto gigantesco não só de segurança pública, mas até de defesa nacional". A *Folha* informou que o Exército não comentou sobre a fraude identificada no Sicovem, restringindo-se a emitir uma nota por meio da qual afirmou que "permanece cooperando com os órgãos envolvidos na investigação, a quem serão prestados eventuais esclarecimentos adicionais". (*Folha de S. Paulo* – Cotidiano – 15/11/22)

7- Equipe de transição de Lula demora para anunciar grupo de trabalho da Defesa

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, na mesma semana em que o Ministério da Defesa e as Forças Armadas realizaram três manifestações públicas a respeito do sistema eletrônico de votação, a equipe de transição do governante eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), estava quase completa. Entretanto, faltavam as nomeações de dois grupos de trabalho (GT): a Defesa e a Inteligência. Em coluna, a jornalista Juliana Braga, da *Folha* apontou que ao invés de preferir uma estratégia que minasse o atual ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, nomeando rapidamente o GT da Defesa, prevaleceu no PT o entendimento de que era melhor evitar uma postura de confrontação, optando pelo diálogo com as forças. Além disso, Braga aventou que a equipe de transição enfrenta dificuldades para identificar alguém “capaz e disposto a assumir o desafio”, dada a proximidade entre o atual presidente, Jair Bolsonaro (PL), e a cúpula das Forças Armadas. O *Correio Braziliense* ressaltou que, entre os 285 indicados para os GTs de transição, até 17/11/2022 não havia qualquer militar, seja da ativa ou da reserva. Segundo o jornal, o coordenador da equipe de transição, o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, insinuou que a dificuldade da relação com os militares remete à associação entre testes e Bolsonaro. (*Correio Braziliense – Política – 17/11/22; Folha de S. Paulo – Colunas e Blogs – 17/11/22*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Ismara Izepe de Souza

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasio Campos

Davi Campos Matos (bolsista PIBEX)

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Grazielly Dourado Santos

Marcela Furlan de Cena

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima